



ALGUNS APONTAMENTOS PARA O DEBATE SOBRE CAPITAL FINANCEIRO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA

Ladislau Pereira Sanders Filho
Universidade de São Paulo

Resumo

O presente artigo busca propor um pequeno guia de estudos e referências para o debate em torno do capital financeiro, no bojo da geografia agrária brasileira. Expõe alguns dos principais referenciais teóricos que aparecem em perspectivas relativamente distintas de tratamento de temas correlatos como a territorialização do capital, crise e características da fase atual da acumulação capitalista.

Para isso, lidamos com algumas elaborações de David Harvey, François Chesnais e Robert Kurz, tendo em vista alguns elementos produzidos das discussões da geografia agrária contemporânea como reprodução do campesinato, propriedade da terra e formas de reprodução do capital em crise, no campo brasileiro.

Palavras-chave: Capital financeiro. Geografia agrária. Crise. Financeirização.

SOME NOTATIONS FOR THE DEBATE ON FINANCIAL CAPITAL IN AGRARIAN GEOGRAPHY

Abstract

This article proposes a brief study guide as well as references, for debating on financial capital as dealt by Brazilian agrarian geography. It presents some of the main theoretical references, present in relatively different perspectives, to treat topics as territorialization of capital, crisis and the characteristics of the current phase of capitalist accumulation.

For such we deal with contributions from David Harvey, François Chesnais and Robert Kurz, having in account some concepts provided by the contemporary agrarian geography debate such as “peasantry reproduction”, “land ownership” and “forms of reproduction of capital in crisis”, in Brazilian countryside.

Keyword: Financial capital. Agrarian geography. Crisis. Financialization.

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou apontar alguns elementos teóricos-conceituais e contribuir para o debate em torno do capital financeiro e sua relação com as discussões atinentes à geografia agrária brasileira contemporânea. Esse esforço parece importante, pois torna-se cada vez mais patente as mudanças e transformações no modo de produção capitalista. Consequentemente implica também novos aspectos de problemas historicamente presentes no campo em face do desenvolvimento do capitalismo, agora sob condicionantes destas mudanças recentes neste modo de produção.

O debate em torno de alguns temas relacionados e abordados pela geografia agrária como, por exemplo, a mundialização da agricultura tratada por Oliveira (2015), sob as condicionantes da crise do neoliberalismo; a fronteira agrícola, a apropriação de terras por meio de movimentações do capital em sua forma ficcionalizada discutidas por Boechat *et al.* (2019) e, até mesmo, a estrangeirização de terras pensada por Mançano (2013a) intimamente relacionada à produção de agrocombustíveis (com a presença de empresas e Estado de outros países), tem sinalizado para mudanças substanciais no desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro.

Estes são alguns exemplos de temas tratados pela geografia nos últimos anos e que tem rendido um caloroso debate a cada ano mais extenso. Muitas das vezes, diferentes referenciais teóricos-conceituais são postos a prova e confrontados. Isto exige da pesquisa científica uma preocupação cada vez maior no trato destas teorias e conceitos manuseados pelos grupos de pesquisa e indivíduos que se propõem a se enveredar ou, mesmo, se aproximarem destas discussões.

Para tanto, aponto alguns elementos presentes nas formulações de Harvey (2011 e 2013), Chesnais (2010) e Kurz (2019). Seus respectivos aportes teóricos se desenvolvem como largas e contundentes formulações a respeito do capital financeiro, no contexto atual do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Dessa maneira, estes autores e suas formulações têm sido consideravelmente utilizados em produções acadêmicas ligadas a análise do campo brasileiro.

Nesse sentido, traço algumas diferenciações entre as formulações destes autores, na tentativa de avaliar criticamente seus pressupostos, buscando entender alguns aspectos da presença do capital financeiro no campo brasileiro hoje.

CAPITAL FINANCEIRO, AGRICULTURA E GEOGRAFIA

Neste artigo, optei por abordar um aspecto relacionado a estas transformações recentes do capitalismo que reverberam nas dinâmicas socioterritoriais do campo brasileiro, qual seja o capital financeiro.

A presença do capital financeiro no campo brasileiro pode ser notada por meio de alguns temas que vem sendo estudados e analisados pela produção científica da geografia. O chamado período do boom/pós-boom das commodities, compreendido durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016) e

as movimentações de imobiliárias transnacionais na especulação com terras no Brasil (BOECHAT, et al., 2019), sugerem não só a presença, mas também alguns desdobramentos da acumulação de capital sob a forma financeirizada.

As commodities são mercadorias primárias, agrícolas ou não agrícolas, com os preços controlados pelas Bolsas de Mercadorias e Futuro (BM&F). Estas mercadorias ocupam lugar expressivo na economia brasileira e estão profundamente relacionadas com a mundialização da agricultura brasileira sob os marcos do capitalismo monopolista mundializado (OLIVEIRA, 2015). São exemplos de commodities agrícolas o trigo, arroz, milho, soja, cacau, café, açúcar, o suco de laranja, cacau, etanol, boi gordo etc.

O processo de mundialização da agricultura brasileira foi marcado, além da centralidade das BM&F na formação e controle dos preços das commodities, pela fusão e aquisição de empresas que atuavam ou passaram atuar no campo. Neste contexto, as fusões e aquisições ocorrem no bojo das mudanças sofridas pelo capitalismo mundial a partir dos anos 1970. Tal contexto é marcado pela liberalização e desregulamentação da economia mundial apregoada pelos países do centro do capitalismo e pelos organismos econômicos multilaterais comandados por estes países. Tais fusões e aquisições, realizadas através de investimentos diretos de capitais, formam conglomerados que atuam na produção de commodities e que serão comercializadas nas BM&F. A relação entre estes três aspectos das transformações sofridas pela agricultura brasileira, bem como a aquisição de terras por fundos de investimentos denotam a presença do capital financeiro no campo, em busca de formas de valorização do capital.

Todavia, esta presença pode ser compreendida tanto de maneira diferente, como também o próprio capital financeiro pode ser visto como resultante de processos distintos. Assim, em que pese a interpretação dos motivos e consequências das transformações do modo capitalista de produção contemporâneo, Harvey, Chesnais e Kurz apresentam cada qual suas formulações a esse respeito. Estas vão desde as mudanças do capitalismo contemporâneo, a caracterização de sua crise até o entendimento do capital sob a forma financeirizada.

ALGUNS ASPECTOS DAS FORMULAÇÕES DE HARVEY, CHESNAIS E KURZ

Harvey (2005, 2011 e 2013), Chesnais (2010) e Kurz (2019), cada um à sua maneira, tratam das mudanças encampadas pelo capital na virada do século XX para o século XXI. As consequências destas mudanças, no que diz respeito às relações sociais e formas de reprodução capitalista, servem de referências importantes para as análises dos problemas abordados pela geografia agrária.

As conceituações de Harvey (2005, 2011 e 2013) a respeito da *crise do capitalismo* expõe um conjunto de argumentos que relacionam a superacumulação, formas de absorção dos excedentes de capital, financeirização, com a chamada *acumulação por despossessão*.

Este geógrafo apresenta um conjunto substancial de argumentos utilizados na leitura sobre, por exemplo, a atividade extrativa de empresas capitalistas na periferia do capitalismo, a questão do preço das commodities e, até mesmo, a apropriação de terras por estrangeiros no Brasil. O autor, buscando uma explicação para o fluxo de capital (como uma espécie de energia vital do capitalismo), parte desde a explicação da crise da bolha financeira de 2008. Assim, Harvey estabelece alguns marcos para o entendimento de como esse fluxo de capital se comporta hoje em dia. Harvey elabora sobre os movimentos do capital expressados na crise, os rebatimentos desta crise no conjunto da sociedade e da economia mundial. Tal autor trata a crise do capitalismo através da crise de superacumulação de excedentes de capital.

Harvey (2013) pensa a crise de superacumulação em contrapartida ao que ele crítica sobre a tendência para o decréscimo da taxa de lucro como geradora de capital excedente. Ele nos diz que:

O argumento da taxa decrescente de lucro de Marx não demonstra convincentemente que a paixão necessária dos capitalistas pela mudança tecnológica produtora de mais-valor, quando associada ao imperativo social da “acumulação pela acumulação”, produz um excedente de capital com relação às oportunidades de emprega-lo. Tal estado de superprodução do capital é chamado de “superacumulação do capital” (HARVEY, 2013; p. 268)

Considerando as contribuições, mas também o que ele aponta como limites da teoria da formação da crise em Marx, Harvey delinea algumas proposições sobre a relação entre a taxa decrescente de lucro, a superacumulação e a desvalorização do capital. Estas formulações, em Harvey, dizem respeito ao momento contraditoriamente necessário para o capital retomar o equilíbrio. A desvalorização, nesse sentido, é a desvalorização do valor, processos que eliminam capital excedente da circulação. Nesse sentido, há uma tendência para a produção de não valores por parte do capital, como uma contradição interna ao desenvolvimento capitalista. Esta produção de não valores desperdiça força de trabalho, seja não a empregando ou incorporando trabalho em mercadorias que não podem satisfazer necessidades sociais estruturadas nas relações sociais capitalistas.

Logo, a superacumulação pode ser vista em manifestações particulares de capital excessivo, visto nos mais variados estados que ele assume ao longo do processo de circulação. Para Harvey, estes estados podem ser: uma superprodução de mercadorias; inventários excedentes de insumos de capital constante e mercadorias parcialmente acabadas; capital ocioso dentro do processo de produção; capital monetário excedente; excedentes de força de trabalho; taxas de rendimento do capital investido expressadas como taxas de juros reais decrescentes, taxas de lucro sobre o capital industrial e mercantil, aluguéis declinantes etc. Dessa maneira Harvey (2013, p. 272) afirma que:

Se a superacumulação assume nessa superfície formas de aparência, então podemos esperar que a sua nêtese – a desvalorização – ocorra nas mesmas maneiras tangíveis. O capital mantido na forma monetária pode ser desvalorizado pela inflação; a força de trabalho pode ser desvalorizada pelo desemprego e por salários reais diminuídos para o trabalhador; as mercadorias mantidas na forma acabada ou parcialmente acabada podem ser vendidas com perda; o valor incorporado no capital fixo pode ser perdido enquanto permanece ocioso.

Harvey, nesse sentido, chama atenção para as relações existentes entre a superacumulação/desvalorização com a centralização do capital, pois de acordo com Marx uma taxa decrescente de lucro é acompanhada por uma massa de lucro crescente, mas que não consegue ser acompanhada pela massa de mais-valor produzida o que pode gerar crises por um lado ou centralização por outro. Nesse sentido, os grandes capitalistas desvalorizam o capital dos pequenos capitalistas para reduzir a quantidade total de capital disponível na circulação e os expropria, absorvendo seus bens materiais e financeiros, além de dividir a massa de lucros entre um número menor de capitalistas.

É, assim, o problema da superacumulação que dá calço explicativo para, entre outras coisas, o fenômeno da financeirização diante da necessidade intrínseca do capital de valorizar-se frente às barreiras que o mesmo encontra do ponto de vista do aumento da extração de mais-valia, acúmulo de capital excedente e conseqüentemente queda da taxa de lucro. É, de maneira geral, este o caminho que Harvey traça para abordar a crise do capitalismo contemporâneo e do que ele chama de financeirização da tendência de crise, formando um escopo que se liga à explicação formulada pelo mesmo anteriormente a partir da *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2005).

François Chesnais (2010) fez um esforço de aprimorar a sua leitura a respeito do capital financeiro, buscando desde Marx e Hilferding constituir uma leitura em torno do capital portador de juros. Para o autor, o capital portador de juros é elemento central na fase financeirizada da expansão capitalista. Ele aborda esta forma de capital, no esforço de elaborar a sua relação com o que chama de capital produtivo. Para Chesnais, em linhas gerais, já que é por meio do capital produtivo que se extrai a mais-valia, o autor tenta constituir a relação entre esta forma de capital e aquele portador de juros, considerando as mudanças gerais no quadro político-econômico desde os anos 1970. Chesnais traça um paralelo com as contribuições de Hilferding para compreender a mediação do Estado no processo de valorização do capital sob a forma do capital portador de juros com a proeminência da finança.

Chesnais afirma a ocorrência de um processo avançado de liberalização e desregulamentação do investimento direto no estrangeiro, de transações comerciais e fluxos financeiros, impostos de maneira simultânea e numa escala sem precedente. Assim, o mercado mundial se apresenta de maneira efetiva,

como sendo o mercado interno de todos os países, desde os anos 1970, com a crise da dívida pública europeia e americana. Além disso, o economista chama a atenção para o montante elevadíssimo de títulos (ações e obrigações) que se apresentam como capital para os seus proprietários, pois constitui um direito permanente ao proprietário de receber fluxos de rendas regulares.

Chesnais tenta dar força a duas categorias econômicas importantes para a compreensão do capitalismo contemporâneo, se baseando nas referências de Marx quando este elaborou sobre os processos de valorização capitalista. Ele sugere que os economistas marxistas poderiam desenvolver as categorias de “capital em geral” e capital fictício, tomando em conta as formulações marxianas em torno destas duas categorias. Esta sugestão é posta, no sentido da compreensão dos temas relacionados ao capital financeiro e do capital portador de juros, pois estes ajudam a compreender aspectos da economia contemporânea.

Chesnais, de acordo com o que Marx formula nos *Grundrisse* (2011), descreve o “capital em geral” como fortalecido pela liberdade de movimento recuperado em escala planetária e subordinado às exigências de rentabilidade impostas pela nova forma de acionistas, fruto dos fundos de pensão e de aplicação financeira (*mutual funds*):

[...] o capital afirma hoje, a um grau jamais atingido antes, os atributos que o fazem “valor em processo”, uma força impessoal voltada exclusivamente para sua autovalorização e sua autorreprodução. Esses atributos são autorizados *conjuntamente* pela proeminência de uma forma determinada de capital, aquela que se valoriza segundo o ciclo D-D', sobre as outras formas de capital [...] (CHESNAIS, 2010; p. 98)

Para Chesnais, os atributos que fazem do capital valor em processo incluem a extrema mobilidade dos fluxos de capitais de aplicação e a imensa flexibilidade nas operações de valorização do capital industrial. Além disso, há uma indiferença a respeito da destinação social destes investimentos e suas consequências. Chesnais aponta que a exploração forçada do proletariado em escala planetária é a face escondida e a condição da valorização e reprodução desse capital, mesmo que este tende a um grau de abstração cada vez mais alto. Este capital, como poder autônomo, se coloca de maneira oposta à força de trabalho viva, quanto mais eficaz e mais ampla forem a liberalização dos investimentos sob estas condicionantes do capital em geral como valor em processo. Além disso, Chesnais chama atenção para o fato de que este capital como poder autônomo, se alimenta também de vários mecanismos de espoliação dos trabalhadores e da apropriação de um sobreproduto criado em condições sociais que não necessariamente a da produção de mais-valia – algo próximo da ideia de *acumulação por espoliação* como elaborada por Harvey (2005).

A outra categoria sugerida por Chesnais, de acordo com as formulações de Marx, é a de capital fictício. Chesnais apreende em Marx que o capital fictício designa os títulos que foram emitidos durante os empréstimos em dinheiro a entidades públicas ou a empresas, bem como a expressão da participação dos primeiros participantes no financiamento do capital de uma empresa. Estes títulos, ações e obrigações representam, para seus proprietários, um “capital” que deve lhe dar garantias de rendimentos regulares na forma de juros e dividendos – *capitalização* – e que posteriormente pode ser vendido por eles como aplicação mais rentável ou na mobilização de dinheiro.

Todavia, para Chesnais, este capital quando visto na perspectiva do movimento do capital entendido como capital produtivo de valor e de mais-valia, estes títulos não são realmente capital. Os momentos de crises do mercado financeiro, revelam esse caráter fictício destes títulos quando estes se desvalorizam em detrimento de seus possuidores. Mesmo assim, estes títulos já podem ter sido convertidos aos processos de reprodução capitalista que fizeram esta ficção ampliar. Isto ocorre seja por meio de sua contabilização como ativos no balanço dos bancos, seja na sua utilização para a aquisição de empresas no contexto de uma fusão ou, até mesmo, servindo como caução para empréstimos a particulares.

Assim, Chesnais compreende finança como:

Aqui o termo serve para designar simultaneamente as instituições especializadas na centralização do dinheiro “inativo” em busca de colocação em empréstimos ou em títulos, isto é, os fundos de pensão e de aplicação coletiva ou *mutual funds*, as grandes empresas de seguro e os maiores bancos, e as estruturas institucionais. Na primeira linha encontram-se os mercados de títulos, garantindo a “liquidez” das aplicações que permitem valorizar o dinheiro que se tornou capital sob forma de juros, de dividendos e de ganhos na Bolsa. A finança assim compreendida é a forma do “capital portador de juros” tomada na fase atual do capitalismo, estudada por Marx em um estágio inicial de sua centralização – aquele que ele diz que está em situação de “exterioridade em relação à produção” (CHESNAIS, 2010; p. 100).

Para ele, a força econômica e social da finança está relacionada aos meios que permitiram os investidores financeiros adentrarem à gestão das empresas e influenciarem a orientação econômica de boa parte dos Estados. Nesse sentido, as finanças foram as maiores beneficiárias dos processos de liberalização e desregulamentação econômicas que fizeram curso ao final do século XX e que foram orientadas pelos países hegemônicos do centro do capitalismo mundial. A finança obteve a criação de condições de mobilidade planetária completa dos fluxos financeiros centrais à valorização do capital de empréstimo e de aplicação, além de uma liberdade considerável de investimentos, desinvestimentos e de transferência de lucros dos grupos industriais. Por outro lado, as finanças

passaram também a ditar regras e normas às empresas capitalistas, incidindo nos processos de rentabilidade e de exploração da força de trabalho. A este aspecto, soma-se a insaciabilidade das finanças que, para Chesnais, voltadas para todas as formas de apropriação de valor, mas que desconhecem a realidade da economia real. Esta insaciabilidade da finança se acentua pelos mecanismos de concorrência internos à esfera financeira e que carregam formas de instabilidade típicas, o que ocasiona constantemente crises antecedidas pela reconstituição de uma acumulação de títulos e de capital fictício. Ou seja, a crise é proveniente dos mecanismos de valorização capitalista sob a forma da finança.

Nesse sentido, Chesnais destrincha a relação entre capital produtivo e capital financeiro, tendo em vista as formas de valorização do capital no contexto do que ele chama de regime de acumulação financeira. Para ele, à medida que o capital portador de juros se torna uma forma de valorização do capital e com a formação do capitalista passivo, o capital-propriedade proeminente subjuga o capital-função e a produção subordina-se aos esteios da valorização fetichista do dinheiro que produz mais dinheiro. Logo, a valorização capitalista sob a forma financeira, que não produz mais-valia, se apropria de partes consideráveis da mais-valia social sob a forma de juros e renda dos investimentos financeiros. Logo, há um tipo de parasitismo realizado pelo capital financeiro sobre o capital produtivo, orientado por uma fração de classe financista no interior da burguesia internacional e que tem tensionado por meio do Estado as mudanças políticas necessárias a este novo regime de acumulação de dominância financeira.

Já em Robert Kurz (2019) e nos grupos aos quais o mesmo esteve vinculado, inicialmente o grupo Krisis e posteriormente o grupo Exit!, há uma produção densa, polêmica e autêntica. As formulações de Kurz e do grupo Exit! tem na nova crítica do valor o seu mote central para uma reinterpretação da crítica da economia política marxista e os seus temas derivados. Desse modo, o autor deu largas contribuições aos estudos da crise do capitalismo e suas faces, onde Kurz também tratou do capital portador de juros e do capital fictício.

Kurz (2019) afirma que a mediação do metabolismo entre homem e natureza converteu-se num dispêndio abstrato e insensato de força de trabalho, pois o dinheiro se autonomizou do agente humano sob a forma fetichista do capital. Logo, não é a necessidade humana que orienta o dispêndio de energia, mas é a forma “morta” desta energia autonomizada como coisa que subordina a si mesma a realização das necessidades humanas. Por isso, a relação com a natureza, bem como as relações sociais se converteram em processos de valorização do dinheiro.

Kurz demonstra que o trabalho abstrato está profundamente imiscuído nestes processos de valorização do dinheiro, pois trabalho e dinheiro constituem momentos diferentes do desenvolvimento da valorização no meio fetichista. Todavia, estes dois momentos também podem se separar em situações de crise, não mais coincidindo um ao outro. Esta não coincidência se manifesta como uma desvinculação entre o dinheiro e a substância abstrata do trabalho, já que a multiplicação do dinheiro passa a ocorrer mais rapidamente do que a acumulação de “trabalho morto” convertido em trabalho abstrato, afastando-se de sua própria base de valorização. Nesse sentido, para Kurz, a ilusão de que o dinheiro pode se desenvolver de maneira independente da sua substância abstrata,

constituída pelo trabalho, resulta das formas de mediação entre a crise do trabalho e o dinheiro condizentes com o decurso da modernização, como por exemplo o capital monetário concentrado no sistema bancário.

Kurz, ao contrário da teoria econômica burguesa, considera a equivalência entre trabalho abstrato e dinheiro necessária de acordo com a lógica do capitalismo, como a existência de uma substância objetiva do valor. A falsa separação entre massa monetária e massa de trabalho, na análise do processo capitalista resulta da natureza particular do capital monetário concentrado no sistema bancário. Este dinheiro concentrado converte-se em capital na medida em que é utilizado diretamente para a valorização do trabalho abstrato, se transformando num valor que se valoriza, que aumenta a si mesmo.

Os meios de produção adquiridos, incluindo a força de trabalho humana, se transformam, segundo a lógica da racionalidade empresarial, em mercadorias para venda no mercado, com o respectivo excedente na forma abstrata do “dinheiro”. Esta lógica, resumida por Marx na fórmula D-M-D’, só pode ser mediada pelo trabalho abstrato encarnado nas mercadorias (KURZ, 2019; p. 56).

Todavia, este dinheiro é capital, para Kurz, na forma de crédito emprestado pelo sistema bancário e não é necessariamente capital monetário empresarial que emprega trabalho abstrato em seu processo de valorização. Este dinheiro se torna mercadoria com cotação em mercados próprios para este fim, os mercados financeiros e os preços são, em verdade, juros. Logo, no mercado financeiro, este dinheiro é capital portador de juros diferentemente do capital empresarial que realiza a valorização substancial. Segundo a realização deste capital portador de juros, sua valorização se reduz à fórmula D-D’, pois é dinheiro que se valoriza aparentemente sem intervenção da produção real de mercadoria, mas que ganha como mercadoria a qualidade oculta de gerar mais dinheiro de si mesmo.

Kurz chama a atenção para o escamoteamento da fantasmagoria contida na conversão do dinheiro em mercadoria no sistema mundial de produtor de mercadorias. Este escamoteamento é realizado por meio de uma identificação tosca do dinheiro com a mercadoria. De início, isto pode parecer somente um problema de ilusão subjetiva e ideológica do capital monetário portador de juros, já que os agentes não têm consciência do movimento substancial efetivo. Evidentemente, o proprietário do dinheiro emprestado é indiferente a respeito da origem dos juros pagos a ele, no contexto do processo real de valorização funcionando sobre suas bases. Entretanto, de acordo com Kurz, o problema aparece quando o dinheiro emprestado não é convertido em capital no consumo empresarial de trabalho abstrato. Seja em virtude de falência ou na utilização do dinheiro para o luxo de países, a não coincidência entre trabalho e dinheiro faz com que o capital portador de juros se afaste mais e mais do processo real de valorização, tornando-se fictício.

O aparente movimento direto D-D’ só se torna “fictício” em

sentido estrito quando o fracasso do processo substancial de valorização é maquiado, pagando-se créditos que se tornaram insolvíveis com novos créditos. É o que acontece hoje, em grande escala, não só com créditos do Terceiro Mundo, mas também com uma grande massa de créditos disponíveis às empresas e ao consumo. Desse modo, o sistema financeiro empurra uma montanha sempre crescente de dinheiro creditício “sem substância”, tratado “como se” passasse por um processo real de valorização, embora seja apenas ficcionalizado (KURZ, 2019; p. 58).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Kurz apresenta uma perspectiva diferente de Harvey (2005, 2011 e 2013) e Chesnais (2010), autores que de maneira geral localizam a crise do capital e o processo de valorização capitalista numa crise de superacumulação do capital que encontra no capital portador de juros uma forma de valorização. Esta forma de valorização é possibilitada e facilitada através de mecanismos imperialistas e de controle burocrático do Estado realizado pela burguesia.

Kurz, ao contrário, propõe que o problema central da crise do capital é a dessubstancialização do valor, ocasionada pela crise do trabalho como produtor de valor diante da cientificização e automação da produção capitalista. Esta crise produz a ficcionalização do capital, já que massas de dinheiro têm sido produzidas sem que se passe pelos processos típicos de valorização substancial do capital. E estas massas de dinheiro fictício são convertidas em créditos e estes créditos são novamente empregados em processos de valorização que não necessariamente passam pelo crivo da substancialização do valor, muitas das vezes baseando-se, por exemplo, na comercialização de mercadorias que serão produzidas futuramente por um trabalho cada vez mais incapaz de produzir valor, o que denota a condição de crise imanente do sistema mundial produtor de mercadorias e sua forma fetichizada.

Assim, buscamos trazer à luz algumas das contribuições destes autores para os estudos das mudanças recentes no campo brasileiro que estão em curso e que são objeto de investigação da geografia agrária atualmente, onde o debate sobre o capital financeiro tem ocupado um lugar importante, pois ele revela movimentos da territorialização de formas de expropriação possibilitadas por mecanismos cada vez mais difusos e, contraditoriamente, eficazes de dominação no campo e que tem conformado a sociabilidade capitalista.

Os desafios postos às análises sobre o campo brasileiro estão circunscritos aos problemas que se desdobram, sobretudo, em virtude da crise estrutural do capital. Nesse sentido, alguns pontos de tensão sobre o entendimento não só das manifestações fenomênicas da crise, mas também de seus fundamentos passam pela necessidade de compreender com mais acuidade as características da acumulação do capital e do próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção neste contexto. Por isso, o esforço de perscrutar este momento da

reprodução capitalista, exige uma releitura da agenda de pesquisa típica da geografia agrária brasileira onde temas como o da propriedade da terra, a expropriação e a luta de classes, permanecem em voga. Todavia, estes temas carecem de um maior trato, tomando em conta as caracterizações do momento contemporâneo do capital, apresentados aqui por meio das formulações dos autores já referidos. Assim sendo, frente a estes temas, aponto alguns aspectos decisivos para este momento, tais como:

- A propriedade da terra, desdobrada em novas formas de captura de terras e sua relação com o universo da ficcionalização capitalista;
- A territorialização do capital vista por meio de uma nova rodada de acumulação. Penso que há uma centralidade nas discussões a respeito, se é uma nova rodada de acumulação “primitiva” (nos termos da herança teórica luxemburguista) ou se é uma nova rodada de acumulação fictícia;
- O caráter da luta de classes marcado pelos fundamentos de um rentismo que não se encerra na propriedade da terra, mas também na propriedade do capital fictício;
- E a reprodução do campesinato, no contexto de expansão do capital fictício e a relação desta expansão com as políticas públicas para a agricultura produzidas nos últimos 15 anos no Brasil, resultando num alto grau de endividamento dos camponeses.

REFERÊNCIAS

- BOECHAT, Cassio Arruda; PITTA, Fabio Teixeira e TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. Rev. NERA, v. 22, n. 47, pp. 87-122. Presidente Prudente, 2019. ISSN: 1806-6755.
- CHESNAIS, F. **A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital**. In. BRUNHOFF *et al.* **A finança capitalista**. Alameda. São Paulo, SP. 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese de Livre-docência. Vol. I. Presidente Prudente: [s.n.], 2013.
- HARVEY, David. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Editorial Boitempo. São Paulo, SP. 2011.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Edições Loyola. São Paulo, SP. 2005.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. Editorial Boitempo. São Paulo, SP. 2013.
- KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. n. 28, p. 55-115. Janeiro-Junho, 2019. ISSN 2175-3709

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo**: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

Contato com o autor: Ladislau Pereira Sanders Filho <ladislausanders@gmail.com>

Recebido em: 10/05/2020

Aprovado em: 21/09/2020